

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO EM SAÚDE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE ESCOLARIDADE E CARGO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, 2009¹

QUALIFICATION FOR WORKING WITH HEALTHCARE: EXPLORATORY RESEARCH ON SCHOOLING AND JOB POSITION AT THE DEPARTMENT OF HEALTH OF BELO HORIZONTE, 2009

Ellen Brandão Leite Faria²
Carla Jorge Machado³

RESUMO:

A incompatibilidade entre escolaridade e cargo é assunto recorrente em estudos econômicos, porém pouco abordado em pesquisas de saúde ocupacional. Numa amostra de 1.808 trabalhadores da saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG, no ano de 2009, foi realizado um estudo exploratório com o objetivo de conhecer a incompatibilidade entre a escolaridade apresentada e a requerida para o cargo. Utilizando o método objetivo de mensuração, foi verificada frequência de sobrequalificação para o cargo de 47% e subqualificação de 8%. A sobrequalificação mostrou associação positiva com insatisfação no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores da Saúde; Sobrequalificação; Subqualificação.

ABSTRACT:

A mismatch between education and job position is a recurring theme in Economic studies, however, barely addressed in Occupational health studies. In a sample of 1808 workers from the Department of Health of Belo Horizonte / MG, in 2009, an exploratory research was carried out aiming at identifying a mismatch between the schooling provided and required for the job position. Thus, by using the objective measurement method, it was found a frequency of 47% of over-qualification for the job position and a frequency of 8% of under qualification for the job position. Over-qualification was positively associated with job dissatisfaction.

KEYWORDS: Health Workers; Over Qualification; Under Qualification.

¹ Trabalho decorrente da dissertação homônima apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2014.

² Mestra em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros. Médica da Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1252581351443497>.

³ Doutora em Population Dynamics pela Johns Hopkins University (Estados Unidos), pós-doutora em Saúde Coletiva/Epidemiologia, mestra em Demografia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9799543313637032>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

01 – INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e educação existe desde os primórdios da civilização. Nas sociedades primitivas o homem aprendia a trabalhar, por meio dos relacionamentos interpessoais e entre gerações, na medida em que surgiam as necessidades. Com o agrupamento dos homens em classes sociais, ocorreu a separação entre trabalho e educação: trabalhava quem não tinha posses e estudava quem tinha tempo livre. Como resultado, ocorreu a divisão na educação, em educação dos homens livres, voltada para atividades intelectuais (que deu origem à escola) e educação dos escravos e serviçais, atrelada ao processo de trabalho (SAVIANE, 2007).

O entendimento da qualificação como sinônimo de preparação de capital humano nasceu associada à concepção de desenvolvimento socioeconômico dos anos 1950 e 1960 e da necessidade de planejamento e racionalização dos investimentos do Estado no que diz respeito à educação escolar, almejando garantir mais adequação entre as demandas dos sistemas ocupacionais e do sistema educacional, tendo inspirado a formulação de políticas educacionais no Brasil após 1964 (ALVES, 2007; MANFREDI, 1999; BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005; SHIROMA; CAMPOS, 1997; WALTEMBERG, 2006).

O modo de produção capitalista, ao introduzir a ideia de escola pública, universal, gratuita e obrigatória (com o “claro” objetivo de formação de mão-de-obra qualificada) elevou a educação ao status de bem econômico e o aumento dos níveis de escolaridade foi considerado instrumento para a solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos (LUCENA, 2003; SAVIANE, 2007; WALTEMBERG, 2006).

Esse processo de organização capitalista do trabalho desenvolveu a noção de hierarquia de postos de trabalho, a qual é estabelecida a partir de uma escala de qualificações profissionais, associada a níveis também hierárquicos de escolaridade (MANFREDI, 1998).

As novas tecnologias e a globalização da economia tendem a impor requisitos mais elevados de escolaridade para a admissão e permanência no

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

emprego, em todos os níveis de posição ocupacional (ALVES; SOARES, 1996; GOMES, 1997; LEÃO, 2006) e os certificados e diplomas passam a representar importantes elementos de juízo a respeito das competências do seu portador para o mercado de trabalho formal.

O trabalhador, por sua vez, se esforça para agregar ao seu currículo novas titulações, muitas vezes sem se preocupar com a qualidade do conteúdo, seja por desinformação, questões financeiras ou falta de tempo. Esse excesso de diplomados acaba por levar à perda relativa do valor dos diplomas, tornando-os meros elementos de seleção em alguns casos (GOMES, 1997; PAIVA; CALHEIROS; POTENGY, 2003; LEÃO, 2006).

Com a maior oferta de diplomados, começou-se a observar o fenômeno da sobrequalificação, em que o trabalhador apresenta nível de escolaridade acima do requerido para sua ocupação (CHISWICK; MILLER, 2010; MACHADO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2004; SLOANE, 2003; VIANNA; OLIVEIRA, 2010).

Como empregador, o Estado, em suas esferas federal, estadual e municipal, passou também a utilizar esse modelo, baseado em qualificações, para estabelecer um perfil de trabalhadores para ingressar em seu quadro de servidores (BELO HORIZONTE, 1996a; BRASIL, 2005; MINAS GERAIS, 2006).

O emprego público, na sua forma mais ampla, inclui, além dos trabalhadores da administração direta em todas as esferas de governo, também, as ocupações da administração indireta (autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público) e os empregados de empresas estatais (tanto de empresas públicas quanto de sociedades de economia mista sob controle direto ou indireto do Estado) (MATTOS, 2011).

Foi, no âmbito municipal, que o emprego público mais cresceu nos últimos anos, especialmente, na administração direta e menos em autarquias e fundações. Esta expansão foi decorrente dos desdobramentos das modificações definidas pela Constituição de 1988, a qual promoveu uma acentuada descentralização de diversas atividades sociais, especialmente, nas áreas de educação e de saúde, justamente naquelas que se concentram, na maioria dos

países e também no Brasil, a maior quantidade dos postos de trabalho do setor público (MATTOS, 2011).

O setor de serviços de saúde apresenta-se, hoje, como a terceira estrutura ocupacional do mercado de trabalho não agrícola brasileiro, sendo superado apenas pelos setores da Construção Civil e da Educação, e mostrou um aumento de 4,4% para 4,8% entre 2003 e 2009 (DEDECCA; TROVÃO, 2013).

A estrutura ocupacional do setor de saúde se organiza a partir das atividades chamadas nucleares, compostas pelas ocupações típicas de atendimento à saúde, como de médico, enfermeiro, dentista e terapeuta, que sustentam a qualidade do serviço prestado. Além das atividades nucleares, têm-se ainda as atividades afins – que contemplam as ocupações de nutricionistas, assistentes sociais, operadores de equipamentos, biólogo e ópticos; e as atividades complementares – configuradas por ocupações não vinculadas diretamente ao atendimento de saúde propriamente dito (DEDECCA; TROVÃO, 2013).

Esta força de trabalho apresenta um perfil de educação superior à média do mercado de trabalho geral. A regulação e a regulamentação exercidas sobre as ocupações nucleares e afins tendem a determinar uma média de escolaridade elevada para o exercício dessas ocupações. Além disso, o setor de saúde se caracteriza pela constante necessidade de atualização e aprimoramento do conhecimento para a atuação na atividade de atendimento à saúde, que tende a provocar uma elevação continuada da média de anos de estudo. Tomando-se a escolaridade como *proxy* de nível de qualificação, quase 80% das ocupações nucleares requeriam ensino médio completo ou superior completo em 2006 (DEDECCA, 2008; DEDECCA; TROVÃO, 2013).

A compatibilidade entre a qualificação e a ocupação pressupõe uma situação de equilíbrio, essa incompatibilidade tem se revelado um fenômeno comum (SLOANE, 2003; KIKER; SANTOS; OLIVEIRA, 1997; MILLER, 2007; ALLEN; VELDEN, 2001; SOHN, 2010; COHN; NG, 2000; MACHADO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2004), torna-se necessário avaliar seus efeitos em diversos aspectos importantes para o trabalhador.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Desse modo, a incompatibilidade entre a qualificação e ocupação se revela um fenômeno contemporâneo, e, nessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi conhecer a incompatibilidade entre a escolaridade do respondente e aquela requerida para o cargo ocupado por trabalhadores da saúde na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no ano de 2009.

02 – MÉTODOS

Este trabalho utiliza dados da Pesquisa Condições de trabalho, Condições de Emprego e Saúde dos Trabalhadores da Saúde, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais por meio do parecer nº ETIC 542/07 e da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte sob protocolo 054/2006. A unidade de análise foi o empregado na rede municipal de saúde de Belo Horizonte, que contava com um efetivo de 13.602 funcionários à época da coleta de dados. Para a seleção dos sujeitos, que englobou todas as ocupações (QUADRO 1) foi realizada uma amostragem estratificada proporcional, conduzida em quatro etapas, conforme descrito a seguir.

- Identificação da distribuição dos trabalhadores nas unidades de saúde do município por meio da lista de funcionários disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos.
- Definição das estimativas de interesse para o estudo e cálculo da amostra segundo os parâmetros estabelecidos. Considerando-se tratar de um estudo exploratório, no qual um conjunto de variáveis foi investigado, não havia uma associação principal em análise.
- Definição da composição percentual da amostra levando-se em conta o número e proporção de trabalhadores por área geográfica, nível de complexidade da assistência e ocupação:
 - Segundo o número de trabalhadores em cada regional: a organização do sistema de saúde de Belo Horizonte encontra-se estruturada em nove

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

distritos sanitários ou regionais, com base na área geográfica: Barreiro, Centro-sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

- Segundo os quatro níveis de complexidade da assistência: centros de saúde, especialidades, urgência e gerências distritais.
 - Segundo os grupos profissionais definidos no estudo. Foram constituídos dez grupos ocupacionais segundo a equivalência entre os cargos da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e as ocupações em saúde sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (QUADRO 1).
- Sorteio, por procedimento aleatório, dos participantes do estudo. Foram considerados elegíveis todos os profissionais vinculados ao serviço público municipal de saúde, independente do vínculo empregatício (permanente, temporário, estágio), em efetivo exercício profissional na unidade sorteada. Aqueles que não se encontravam no serviço, por motivo de férias, transferência, licença, aposentadoria ou morte, foram substituídos, respeitando a ocupação, nível de assistência e região. Foram realizadas até três tentativas no intuito de localizar o trabalhador sorteado. Considerou-se perda quando o trabalhador não foi encontrado na terceira tentativa.

Para o cálculo amostral foram considerados o universo de 13.602 trabalhadores da saúde, um nível de 95% de confiança, uma precisão de 3% e proporção que garantisse o maior número possível de elementos na amostra, ou seja, 50%, pois havia mais de um evento de interesse, sendo que aquele de maior prevalência na população estudada, no caso a exposição a riscos biológicos, apresentava taxas de ocorrência que variavam, segundo literatura revisada à época, de 34,2% a 79%. O número amostral calculado foi 1.794 trabalhadores. Foram sorteados 2.205 trabalhadores da rede municipal de saúde de Belo Horizonte e um total de 1.808 questionários foi respondido.

A coleta de dados foi conduzida, de setembro de 2008 a janeiro de 2009, por pesquisadores devidamente treinados e sob a coordenação de um gerente de campo com amplo conhecimento a respeito do funcionamento da rede municipal de saúde de Belo Horizonte. Um estudo piloto foi realizado em unidades de saúde, as

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

quais, por essa razão, foram excluídas do sorteio. Ao final, o questionário se constituiu de questões fechadas e semiestruturadas autopreenchidas.

O preenchimento do questionário foi conduzido por uma equipe de nove entrevistadores, a qual se dirigiu à unidade do participante após contato e confirmação da presença do entrevistado junto à gerência do setor. A assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido foi requerida a todos os participantes do estudo.

03 – VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os participantes da pesquisa foram classificados segundo variáveis sociodemográficas: sexo, faixa etária, escolaridade, tipo de cargo, tipo de vínculo, situação conjugal, tempo de trabalho no serviço público e na unidade atual, jornada de trabalho, renda e ocupação.

A variável dependente deste estudo foi denominada qualificação que, no quadro do presente estudo, designa a compatibilidade entre a escolaridade relatada e a requerida para o cargo. Vale lembrar que a Lei 7.238, de 30 de dezembro de 1996, trata especificamente do plano de carreira dos servidores da saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (QUADRO 2) para definir cargos, qualificação exigida e atribuições. Diante desse aporte, foi possível construir a referida variável dependente (BELO HORIZONTE, 1996a).

A incompatibilidade entre qualificação e ocupação pode ser avaliada por três métodos. O método objetivo diz respeito à escolaridade necessária para ocupar-se determinado cargo definida por meio de critérios formalmente estabelecidos no plano de cargos, carreiras e salários aplicado no serviço de pessoal ou equivalente. O método empírico deriva de uma variável de ocupações e outra de escolaridade. A escolaridade requerida para a ocupação é estimada por meio dos desvios em torno da média de anos de escola informada pelos trabalhadores em suas respectivas ocupações. Já segundo o método subjetivo, o próprio trabalhador esclarece, conforme o seu entendimento, o nível de escolaridade que seria adequado para o

exercício de sua profissão ou para o desenvolvimento de suas atividades (SLOANE, 2003; VIANNA; OLIVEIRA, 2010).

Para fins da análise em foco, foram construídas três categorias fundamentais relacionadas à relação emprego e escolaridade: 1) compatível, quando a situação de emprego implicava ocupar cargo adequado ao nível de escolaridade do trabalhador; 2) subqualificado, no caso de o trabalhador ocupar cargo que exigia maior nível de escolaridade; e 3) sobrequalificado, quando o cargo exigia menor nível de escolaridade do que o reportado pelo entrevistado.

O cargo de nível elementar é subdividido, pela Prefeitura de Belo Horizonte, em nível elementar I e II (BELO HORIZONTE, 1996b). O primeiro abrange a escolaridade de 1ª a 4ª série; o segundo, escolaridade de 5ª a 8ª série. Para tal nível de escolaridade, considerou-se compatível a situação na qual o entrevistado relatou ensino fundamental, independente do número de anos de escolaridade no referido nível. Ainda para o nível elementar, a categoria sobrequalificado foi atribuída aos casos cujos entrevistados relataram grau de escolaridade superior à 8ª série.

Para os cargos de nível médio que exigem, em tese, escolaridade de nível médio, a categorização seguiu os seguintes critérios: subqualificado, quando a situação se reportava ao grupo que informou ensino fundamental e ensino médio de até 2 anos; compatível, ensino médio completo até o 3º ano ou nível técnico; e sobrequalificado, quando o entrevistado informou escolaridade maior que a informada no grupo classificado como compatível.

Já para os cargos de nível superior, compatível foi a categoria para o caso do entrevistado ter informado ensino superior completo. Quando os indivíduos informaram ensino superior incompleto, nível elementar e médio, o caso foi classificado como sendo de subqualificação e, para aqueles com especialização, mestrado ou doutorado, o caso foi considerado de sobrequalificação.

As demais variáveis foram modificadas. Idade, inicialmente contínua, foi categorizada com cada faixa etária, tendo início no meio da década (INTERNATIONAL JOURNAL OF EPIDEMIOLOGY, 2013). A variável situação conjugal foi dicotomizada, sendo categorizada como sem companheiro, quando o

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

respondente informou estar na condição de solteiro, viúvo ou separado; e com companheiro, quando informou estar na condição de casado ou em união estável. A variável cor autodeclarada foi dicotomizada em brancos e não brancos, que inclui pardos, negros, indígenas ou cor amarela autodeclarada. Quanto ao vínculo, estável, abrangeu servidores municipais concursados ou municipalizados; e não estável, os servidores contratados sem concurso ou estagiários. O tempo de serviço, medido em meses, foi estratificado em períodos de até dez anos, ou acima disso para o tempo de trabalho no serviço público e em períodos de até cinco anos, ou acima disso para tempo de trabalho na unidade atual. A jornada de trabalho no município, inicialmente estratificada em jornadas de 8, 10, 12, 20, 24, 30, 36, 40 e 44 horas semanais, foi classificada em até 36 horas semanais e acima disso. Renda, inicialmente contínua, foi classificada em três categorias, por tercil (BARBOSA; ASSUNÇÃO; ARAÚJO, 2012).

A medida da satisfação global com o trabalho foi realizada por meio de uma única questão, dicotomizada em sim e não (GREEN; ZHU, 2010; OMMEN *et al.*, 2009).

Para avaliar a saúde mental foi utilizado o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), em sua versão de 20 questões. O SRQ-20 é um instrumento desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde para triagem de distúrbios psiquiátricos em populações de países em desenvolvimento, visando facilitar o diagnóstico e o acesso a tratamento adequado. No presente estudo definiu-se o ponto de corte como sete (correspondendo a sete ou mais respostas positivas) para triagem de transtornos mentais comuns (TMC), procedimento este adotado por outros autores (ARAÚJO *et al.*, 2003; ASSUNÇÃO; MACHADO; ARAÚJO, 2012).

04 – ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para cada uma das variáveis selecionadas foi realizada uma análise descritiva por meio de medidas de tendência central, dispersão e proporções. A análise da associação da qualificação com as variáveis sociodemográficas foi realizada por meio de regressão multinomial univariada. Foram obtidos *odds ratio*

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

(OR) com intervalos de 95% de confiança. Foi adotado um nível de significância de 5%. Os valores faltantes (*missings*) foram excluídos das análises. Para as análises foi utilizado o programa *International Business Machines (IBM®) Predictive Analytics SoftWare (PASW) Statistics®* versão 18.

05 – RESULTADOS

Participaram desse estudo 1.808 indivíduos. Foi verificada predominância do sexo feminino (72%), a média de idade foi de 41 ± 11 anos, variando de 16 a 73 anos. Segundo a tabela 1, tinham entre 45 e 54 anos 32%; 54% se declararam casados ou em união estável; 58% se declararam de cor não branca; 54% relataram escolaridade de nível médio. Em relação ao cargo, 46% relataram ocupar cargo de nível médio. Em relação ao emprego, 30% declararam possuir vínculo não estável; 46% relataram trabalhar no serviço público há mais de 10 anos; 49% declararam trabalhar há mais de 5 anos na unidade atual; 53% exerciam jornada de trabalho entre 40 e 44 horas semanais no município e 38% declararam possuir outro trabalho. A renda bruta mensal variou de R\$337,00 a R\$15.000,00; com média de R\$1.930,00 (desvio padrão igual a R\$2.063,00) e 60% dos trabalhadores recebiam até R\$1.200,00. Ao observar a correspondência entre a escolaridade do indivíduo e o nível de exigência de escolaridade para o exercício do cargo, houve ocorrência de 47% de sobrequalificados e 7,6% de subqualificados. Não se mostraram satisfeitos com o trabalho, 24% dos entrevistados (TABELA 1).

De acordo com a compatibilidade entre escolaridade e cargo, em relação ao sexo, 52% dos homens eram sobrequalificados. A faixa etária até 24 anos apresentou a maior proporção de compatíveis (73%); a de 55 anos ou mais, a maior proporção de subqualificados (12,4%); e a entre 35 e 44 anos, a maior proporção de sobrequalificados (54%). Entre os que relataram possuir outro trabalho, 60% eram sobrequalificados.

Entre os sobrequalificados, verificou-se maior proporção de casados ou em união estável (59%), exercendo cargo de nível superior (53%), médicos (26%), brancos (52%), trabalhando no serviço público há mais de 10 anos (53%) e na

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

unidade atual há menos de 5 anos (52%), com vínculo estável (80%) e recebendo mais de R\$1.200,00 (60%).

Entre os subqualificados, houve maior proporção de casados ou em união estável (51%), exercendo cargo de nível médio (93%), não brancos (73%), trabalhando no serviço público há até 10 anos (54%), com vínculo estável (60%) e recebendo até R\$600,00 (44%) (TABELA 2).

A frequência de transtorno mental comum e dos que relataram não estarem satisfeitos com o trabalho foi de 24%, e 51,7% dos que preencheram critérios para TMC e 60% dos insatisfeitos eram sobrequalificados.

Considerando a categoria compatível como referência, a sobrequalificação se associou positivamente ao sexo masculino ($p=0,011$; $OR=1,33$), a todas as faixas etárias acima de 25 anos e, em maior ênfase, à de 35 a 44 anos ($p<0,001$; $OR=2,04$), à cor branca ($p<0,001$; $OR=2,08$). Apresentou associação negativa com o relato de não possuir outro trabalho ($p<0,001$; $OR=0,45$), vínculo não estável ($p<0,001$; $OR=0,42$) e receber menos que R\$1.200,00 ($p<0,001$; $OR=0,27$). O grupo categorizado como sobrequalificado apresentou associação negativa com trabalho no serviço público há menos de 10 anos ($p<0,001$; $OR=0,61$), com exercer cargo de nível médio em comparação ao de nível superior ($p<0,001$; $OR=0,10$) e com não ter um companheiro ($p=0,001$; $OR=0,72$) (Tabela 3). Contudo exercer cargo de nível médio em comparação ao de nível superior esteve associado positivamente a ser subqualificado ($p<0,001$; $OR=3,91$). Preencher critérios para TMC não mostrou associação com sobrequalificação ($p=0,346$), nem com subqualificação ($p=0,065$). Quanto à satisfação no trabalho, foi verificada associação positiva de insatisfação com sobrequalificação ($p<0,001$; $OR=1,87$), mas não com subqualificação ($p=0,405$). A insatisfação no trabalho mostrou associação positiva com TMC ($p<0,001$; $OR=3,99$; $-IC95\% 3,12-5,10$) (TABELA 3).

06 – DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi conhecer a frequência da incompatibilidade entre escolaridade e o cargo numa amostra de trabalhadores de saúde e analisar, de forma exploratória, os fatores associados à incompatibilidade. Todas as profissões na área da saúde, de acordo com critérios adotados pelo Conselho Nacional de Saúde, estavam representadas (BRASIL, 1998). Vale lembrar que também foram incluídos no inquérito os sujeitos que desenvolviam profissões formais de nível médio e fundamental, diretamente relacionadas à saúde, como auxiliares e técnicos, bem como profissionais do setor administrativo.

A frequência de sobrequalificação e de subqualificação foi de 47% e 7,6%, respectivamente. Tais frequências foram obtidas por meio do método objetivo, no qual a qualificação exigida para o cargo é atribuída formalmente. Considerando tratar-se de uma amostra de servidores públicos, assim, com poucas chances de mobilidade na carreira, a frequência encontrada de sobrequalificação talvez seja excessiva, apesar de consistente. No Brasil, observou-se aumento de 24% na incidência de sobrequalificação em 2002-2003 para 29% em 2007-2008, em todas as ocupações (MACHADO; OLIVEIRA, 2013). No entanto, entre os servidores públicos, tal incompatibilidade pode superar os 50% (MARCONI, 1997; PEREIRA, 2004; UFMG, 2010).

A taxa de subqualificação no Brasil, independente da ocupação, caiu de 44% (2002-2003) para 36% (2007-2008) (MACHADO; OLIVEIRA, 2013). Os resultados apresentados são bem inferiores a tais cifras. Todavia a interpretação de tais comparações merece cautela porque as inconsistências na expressão da qualificação podem ser devidas ao procedimento metodológico que originou a variável em cada estudo (SLOANE, 2003).

Sem levar em conta o método utilizado para definir a incompatibilidade, os autores observaram variações na frequência de sobrequalificação de 15 a 55% e de subqualificação de 8 a 37% em diferentes grupos populacionais (ALLEN; VELDEN, 2003; CHEN; SMITH; MUSTARD, 2010; CHEVALIER, 2003; FLEMING; KLER,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

2008; GREEN; ZHU, 2010; KIKER; SANTOS; OLIVEIRA, 1997; PEIRÓ; AGUT; GRAU, 2010; SOHN, 2010; VIEIRA; 2005; VILA; GARCIA-MORA, 2005).

Pesquisas sobre o tema no Brasil são raras. Quando avaliadas as características relacionadas à sobrequalificação em países de maior renda *per capita*, observa-se predomínio das mulheres, dos jovens e dos indivíduos migrantes que caracterizam minorias raciais ou étnicas no país estrangeiro (BATTU; SLOANE, 2004; SOHN, 2010).

Em relação ao sexo, no grupo dos homens predominaram os sobrequalificados, (52%) sendo consistente com a literatura (COHN; NG, 2000; MILLER, 2007; GREEN; ZHU, 2010; MACHADO; OLIVEIRA, 2013).

A maior proporção de sobrequalificados foi encontrada na faixa etária de 35 a 44 anos (54%), sendo convergente com outros estudos (MACHADO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2003; CHEN; SMITH; MUSTARD, 2010). O predomínio da sobrequalificação nos grupos mais jovens não seria inesperado se considerarmos a tolerância a situações de emprego menos confortáveis e adequados nos primeiros anos de vida profissional (BRYNIM, 2002).

Neste estudo, a autodeclaração de raça/cor branca mostrou associação positiva com sobrequalificação. Na atual conjuntura brasileira, o percentual daqueles que se declaram não brancos é ligeiramente superior ao daqueles que se declaram brancos (IBGE, 2013). Provavelmente, as chances de sobrequalificação são maiores para o grupo que se autodeclara de raça/cor branca porque os não brancos se encontram em desvantagem socioeconômica, com menos escolaridade, menor acesso à educação e menor probabilidade de progressão escolar em comparação aos brancos (ANDRADE; DACHS, 2007; BASTOS *et al.*, 2008; FERRARO, 2010; FIGUEIREDO; SILVA; REGO, 2012; GUIMARÃES; RIOS-NETO, 2010; MUNIZ, 2010). Contudo, o desenho do presente estudo não permite aprofundar tal hipótese.

O efeito do excesso de escolaridade para a ocupação, na renda, tem sido mencionado na área de economia. A sobrequalificação foi negativamente associada à renda inferior a R\$1.200,00 quando comparada à situação de emprego compatível. Restrições do mercado de trabalho podem levar o indivíduo a aceitar empregos

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

desvantajosos quanto à adequação cargo/escolaridade, sem que tal inserção laboral implique em vantagens salariais (ALLEN; VELDEN, 2001; CHEVALIER, 2003; GREEN; ZHU, 2010; HARTOG, 1985). No setor público, os trabalhadores ocupados em cargos que requerem menor escolaridade (apoio, auxiliar, administrativo, etc.) recebem salários maiores em comparação ao setor privado (MARCONI, 2003; PAVÃO, 2011; PEREIRA, 2004). No entanto, no Brasil, para cargos equivalentes com maior nível de qualificação, são maiores os salários praticados no setor privado quando comparado ao setor público (BRAGA, 2007; VIEIRA *et al.*, 2011).

Uma das vantagens do emprego no serviço público é a estabilidade. Viu-se que, na amostra do presente estudo, a sobrequalificação mostrou-se negativamente associada com instabilidade de vínculo. Vale ressaltar que apesar da tendência de formalização dos empregos em saúde, ainda existem contratos flexíveis (DEDECCA; TROVÃO, 2013; JORGE *et al.*, 2007).

O emprego público, por se mostrar menos sensível às oscilações das taxas de crescimento econômico, apresenta menores taxas de rotatividade (MARCONI, 1997; MATTOS, 2011). A sobrequalificação mostrou-se positivamente associada à antiguidade no setor, indicando menor rotatividade. Porém o desenho transversal do presente estudo não permite determinar se essa sobrequalificação era uma condição preexistente ao ingresso na PBH (“peneira do concurso”) ou se mecanismos de capacitação foram desenvolvidos ao longo da carreira. Sabe-se que as políticas de incentivo à qualificação, nas três esferas do governo, estimulam o aumento da escolaridade dos servidores por meio da vinculação desta à elevação salarial, o que pode levar à sobrequalificação no decorrer da carreira (BELO HORIZONTE, 1996a; BRASIL, 2005; MAGALHÃES *et al.*, 2010; MINAS GERAIS, 2006).

A sobrequalificação apresentou associação negativa com não possuir outro trabalho além do município. Segundo Dedecca e colaboradores (2004), o maior número de vínculos é associado a uma tendência de degradação da remuneração, e a busca de outras fontes de renda parece estar relacionada à defesa da remuneração total. Devido às especificidades dos contratos de trabalho, tal prática é mais comum, por exemplo, entre os médicos. Segundo a PNAD 2006,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

47% dos médicos e 23% dos enfermeiros declararam ter mais de um vínculo ocupacional de forma estável (DEDECCA, 2008).

A sobrequalificação foi negativamente associada à satisfação global, tal resultado é consistente com achados de Vieira (2005); Vila e Garcia-Mora (2005); Fleming e Kler (2008); Green e Zhu (2010) e Peiró, Agut e Grau (2010). Outros estudos encontraram uma relação inversa entre escolaridade e satisfação global (GROOT; BRINK, 1999; PIKO, 2006; REBOUÇAS *et al.*, 2008).

Cabe observar que a medida de satisfação (pergunta com resposta direta) utilizada no presente estudo pode ser considerada robusta, pois sofreria menos influência de variáveis correlatas e não controláveis, sendo mais adequada para apreender a dinâmica da satisfação no trabalho ao longo do tempo (OMMEN *et al.*, 2009; GREEN; ZHU, 2010).

O presente estudo apresenta limitações, entre as quais, duas devem ser mencionadas. A primeira diz respeito à impossibilidade de se estabelecerem relações causais e de temporalidade em razão do delineamento transversal. A segunda tem que ver com as restrições para a interpretação dos resultados quanto à compatibilidade cargo e escolaridade, variável de interesse. Tais restrições se devem ao procedimento de mensuração utilizado, pois o método objetivo, ainda que viável na presente investigação, nem sempre permite apreender a complexidade da abordagem da qualificação para o trabalho em saúde.

Em relação ao tipo de cargo, para o nível elementar, não foi possível identificar a situação de subqualificação devido à classificação vigente em nível I e II. É possível que tenha ocorrido subestimação da condição de subqualificação nesse grupo.

Para os cargos de nível superior, não foi possível identificar a obrigatoriedade de títulos de especialista (ou mais) para ingresso no cargo. É possível que tenha ocorrido sobrestimação da sobrequalificação nesse grupo. Para obter-se uma medida mais próxima entre a escolaridade do respondente e a requerida (*perfect match*), seria necessário conhecer a especificação de cada edital de concurso no qual cada servidor foi aprovado.

O problema da qualificação para o setor de serviços de saúde não representa uma questão secundária, pois dela depende a qualidade dos serviços prestados (DEDECCA, 2008). Contudo a busca por um *status* de crescente qualificação no serviço público, especialmente no setor de serviços de saúde, esbarra nas possibilidades limitadas de progressão na carreira em função da legislação, que permite, somente por meio de novo concurso público, a mudança entre cargos com nível de escolaridade diferentes (GOMES, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2010; MARCONI, 1997). Ademais, as incompatibilidades percebidas entre a qualificação e o cargo reduzem claramente a satisfação no trabalho, independentemente do nível de escolaridade dos trabalhadores (JOHNSON; JOHNSON, 2000; VILA; GARCIA-MORA, 2005). Esse trabalhador, agora sobrequalificado, muitas vezes se vê constrangido e sem margens para ascensão na carreira, o que pode se tornar mais um fator de estresse no trabalho.

Em suma, observou-se alta frequência de incompatibilidade entre escolaridade e cargo, especialmente de sobrequalificação. As associações encontradas no tocante à satisfação sugerem rever os métodos de gestão do trabalho.

07 – REFERÊNCIAS

ALLEN, Jim; VELDEN, Rolf van der. Educational mismatches versus skill mismatches: effects on wages, job satisfaction and on-the-job search. *Oxford Economics Paper*, v.3, p.434-452, 2001.

ANDRADE, Cibele Y.; DACHS, J. Norberto W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cad Pesquisa*, v.37, n.131, p.399-422, 2007.

BARBOSA, Rose Elizabeth C.; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; ARAÚJO, Tânia M. Distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores do setor saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cad Saúde Pública*, v. 28, n.8, p.1569-1580, 2012.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

BASTOS, João L. *et al.* Diferenças socioeconômicas entre autotclassificação e heterotclassificação de cor/raça. *Rev Saúde Pública*, v.42, n.2, p.324-34, 2008.

BATTU, H.; SLOANE, Peter J. Over-education and ethnic minorities in Britain. *Manchester Sch*, v.72, n.4, p.535–559, 2004.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Lei nº 7238 de 30 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o quadro especial da secretaria municipal de saúde, institui o plano de carreira dos servidores da saúde da prefeitura municipal de belo horizonte, estabelece a respectiva tabela de vencimentos e dá outras providências. Belo Horizonte, 1996a. 11p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996*. Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, (VETADO) e dá outras providências. Belo Horizonte, 1996b. 35p.

BRAGA, Breno G. Capital Humano e o Diferencial de Salários Público-Privado no Brasil. *In: XXXV Encontro Nacional de Economia. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia. Anais...*, p.1–15, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 287 de 08 de outubro de 1998*. Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS. Brasil, 1998. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_98.htm.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm.

BRYNIM, Malcolm. Overqualification in employment. *Work, Employ Soc*, v.16, n.4, p.637-654, 2002.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

CHEN, Cynthia; SMITH, Peter; MUSTARD, Cameron. *The prevalence of over-qualification and its association with health status among occupationally active new immigrants to Canada. Ethnic Health*, v.15, n.6, p.601-619, 2010.

CHEVALIER, Arnaud. Measuring Over-education. *Economica*, v.70, p.509–531, 2003.

CHISWICK, Barry R., MILLER, Paul W. Does the choice of reference levels of education matter in the ORU earnings equation? *Econom Educ Rev*, v. 29, p 1076–1085, 2010.

COHN, Elchanan; NG, Ying C. Incidence and wage effects of overschooling and underschooling in Hong Kong. *Econom Educ Rev*, v.19, p.159–168, 2000.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. et al. A Dimensão Ocupacional do Setor de Atendimento à Saúde no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, XIV, 2004, Caxambu, Minas Gerais. *Anais...*, 2004.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O Trabalho no Setor Saúde. *São Paulo em Perspectiva*, v. 22, n. 2, p. 87-103, 2008.

DEDECCA, Cláudio Salvadori.; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A força de trabalho no complexo da saúde: vantagens e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.18, n.6, p.1555-1567, 2013.

FERRARO, Alceu R. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, v.36, n.2, p.505-526, 2010.

FIGUEIREDO, Erik A.; SILVA, Cleiton R.F.; REGO, Herbert O. Desigualdade de oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos. *Economia Aplicada*, v.16, n.2, p.237-254, 2012.

FLEMING, Christopher M.; KLER, Parvinder. I'm too clever for this job: a bivariate probit analysis on overeducation and job satisfaction in Australia. *Applied Economics*, v.40, n.9, p.1123–1138, 2008.

GOMES, Nanci F. A subjetividade do servidor público constituída na relação com o estado e a sociedade. *Psicol Am Lat*, n.15, 2008.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

GREEN, Francis; ZHU, Yu. Overqualification, job dissatisfaction, and increasing dispersion in the returns to graduate education. *Oxford Econom Papers*, v.62, n.4, p.740–763, 2010.

GROOT, Wim; van den BRINK, Henriëtte M. Job satisfaction of older workers. *Int J Manpower*, v. 20, n.6, p.343-360, 1999.

GUIMARÃES, Raquel R.M.; RIOS-NETO, Eduardo L.G. Desigualdade de oportunidades educacionais: seletividade e progressão por série no Brasil, 1986 a 2008. *Texto para discussão nº 385*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 32 p.

HARTOG, Joop. Earnings Functions. Testing for the Demand Side. *Econom Letters*, v.19, n.3, p.281-285, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese dos indicadores 2012*. Rio de Janeiro, 2013. 287 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>.

INTERNATIONAL JOURNAL OF EPIDEMIOLOGY. *Instructions to authors*. Disponível em: http://www.oxfordjournals.org/our_journals/ije/for_authors/general.html.

JOHNSON, G.J.; JOHNSON, W.R. Perceived Overqualification and Dimensions of Job Satisfaction: A Longitudinal Analysis. *J Psychol*, v.134, n.5, p.537-555, 2000.

JORGE, Maria S.B. et al. Gestão de recursos humanos nos centros de atenção psicossocial no contexto da Política de Desprecarização do Trabalho no Sistema Único de Saúde. *Texto Contexto - Enferm.*, v.16, n.3, p.417-425, 2007.

KIKER, B.F.; SANTOS, Maria C.; OLIVEIRA, M.M. Overeducation and Undereducation: Evidence for Portugal. *Econom Educ Rev*, v.16, n.2, p.111-125, 1997.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria H.C.; CARVALHO, Nayara F. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. *Nova Economia*, v.14, n.2, p.11-33, 2004.

MACHADO, Luciano; OLIVEIRA, Ana Maria H.C. Mobilidade Ocupacional e Incompatibilidade Educacional no Brasil Metropolitano. *Pesq Planej Econômico*, v.43, n.2, p.279-307, ago. 2013.

MAGALHÃES, Elenice M. et al. A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição. *Rev Adm Pública*, v.44, n.1, p.55-86, 2010.

MARCONI, Nelson. Uma breve comparação entre os mercados de trabalho do setor público e privado. *Rev Serv Público*, ano 48, n.1, jan./mar., 1997.

MARCONI, Nelson. *Políticas Integradas de Recursos Humanos para o Setor Público*. 2003. Biblioteca Virtual TOP sobre Gestión Pública. Disponível em: www.top.org.ar/documentos/MARCONI%20Nelson%20-%20Políticas%20integradas%20de%20recursos%20humanos.pdf.

MATTOS, Fernando Augusto M. Emprego Público no Brasil: Aspectos Históricos, Inserção no Mercado de Trabalho Nacional e Evolução Recente. Brasília: Ipea, 2011. Texto para discussão nº 1582. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1582.pdf.

MILLER, Paul W. Policy Forum: Education and Skill Mismatches in the Labour Market. Overeducation and Undereducation in Australia. *Austr Econom Rev*, v.40, n.3, p.292-299, 2007.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. *Decreto 44308 de 02/06/2006* (texto original). Dispõe sobre a promoção por escolaridade adicional de que trata o art. 21 da Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, para os servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde do Poder Executivo. Disponível em <http://intranet.saude.mg.gov.br/index.php/canal-rh/7.html>.

MUNIZ, Jerônimo O. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. *Rev Soc Política*, v.18, n.36, p.277-291, 2010.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

OMMEN, Oliver *et al.* The Relationship between Social Capital in Hospitals and Physician Job Satisfaction. *BMC Health Serv Res*, v 81, 9p, 2009.

PAVÃO, Sabrina P. *Diz-me quanto ganhas e te direi como te sentes: análise do overpayment no funcionalismo público no Brasil. 2011.* 68f. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2011.

PEIRÓ, José M.; AGUT, Sônia; GRAU, Rosa. The relationship between overeducation and job satisfaction among young spanish workers: the role of salary, contract of employment, and work experience. *J App Soc Psychol*, v.40, n.3, p.666–689, 2010.

PEREIRA, José M. Administração pública no Brasil: políticas de revalorização das carreiras típicas de Estado como fator de atração de novos talentos para o serviço público federal. *Rev Observatoria Econom Latinoam*, Universidad de Málaga, v.12, n.1, p.1-29, 2004.

PIKO, Bettina F. Burnout, role conflict, job satisfaction and psychosocial health among Hungarian health care staff: A questionnaire survey. *Int J Nurs Stud*, v.43, p.311–318, 2006.

REBOUÇAS, Denise *et al.* O trabalho em saúde mental: um estudo de satisfação e impacto. *Cad Saúde Pública*, v.24, n.3, p.624-632, 2008.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselane F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educ Soc*, v.18, n.61, p.13-35, 1997.

SIEGRIST, Johannes. *et al.* A short generic measure of work stress in the era of globalization: effort–reward imbalance. *Int Arch Occup Environm Health*, v.82, p.1005–1013, 2009.

SLOANE, Peter J. Much ado about nothing? What does the overeducation literature really tell us. In: BÜCHEL, F.; de GRIP, A.; MERTENS, A. (eds). *Overeducation in Europe. Current Issues in Theory and Policy*, Edward Elgar, Cheltenham, 11–45, 2003.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

SOHN, Kitae. The Role of Cognitive and Noncognitive Skills in Overeducation. *J Labor Res*, v.31, p.124–145, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. Mestres de amanhã. *RBEP*, v.40, n.92, p.10-19, 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. UFMG. *Boletim da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) da Universidade Federal de Minas Gerais*. 2010. Disponível em http://www.medicina.ufmg.br/noticiasinternas/wp-content/uploads/2010/09/encarte_cis.pdf.

VIANNA, Cláudia H.; OLIVEIRA, Ana Maria H.C. Sobre-escolarização nas ocupações brasileiras: uma análise dos efeitos de idade, período e corte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2010, Salvador, Bahia. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2010.

VIEIRA, Carolina B. *et al.* Motivação na Administração Pública: considerações teóricas sobre a aplicabilidade dos pressupostos das teorias motivacionais na esfera pública. *Rev. Adm Gestão Estratégica*, v.4, n.1, 2011.

VIEIRA, José A.C. Skill mismatches and job satisfaction. *Econom Letters*, v.89, p. 39–47, 2005.

VILA, Luis E.; GARCÍA-MORA, Belen. Education and the Determinants of Job Satisfaction. *Educ Econom*, v.13, n. 4, p.409–425, 2005.

WALTEMBERG, Fábio D. Teorias Econômicas de Oferta de Educação: Evolução Histórica, Estado Atual e Perspectivas. *Educ Pesq*, v.32, n.1, p.117-136, 2006.

WORDL HEALTH ORGANIZATION. WHO. *Global Atlas of the Health Workforce*, 2009. Disponível em: <http://apps.who.int/globalatlas/default.asp>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XIV Jul-dez 2016	Trabalho 03 Páginas 34-60
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

QUADRO 1 - Equivalência entre os cargos da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e ocupações em saúde sugeridas pela Organização Mundial de Saúde.

Descrição OMS	Descrição SMSA-BH
Médicos	Médico
Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem	Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem
Dentistas e Técnicos da Odontologia	Auxiliar de Consultório Dentário, Odontólogo, Técnico de Higiene Dental, Técnico de Prótese Dentária
Bioquímicos e Técnicos de Laboratório	Farmacêutico, Técnico de Radiologia, Técnico de Laboratório, Auxiliar de Laboratório
Profissionais de Nível Superior e Médio envolvidos com a Vigilância	Agente Sanitário, Biólogo, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Fiscal de Nível Superior, Fiscal Sanitário, Veterinário
Agentes Comunitários de Saúde	Agente Comunitário de Saúde, Assistente Social
Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos e afins	Terapeuta Ocupacional, Técnico Óptica, Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Artista Plástico
91 - Profissionais de Nível Superior	Técnico de Nível Superior
92 - Profissionais de Nível Médio	Agente Serviço de Saúde, Técnico de Serviço de Saúde
93 - Administrativos, Serviços Gerais e Outros	Administrador, Administrativo, Agente de Serviço de Saúde, Ajudante de Serviço Operacional, Ascensorista, Auxiliar de Serviço Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Estagiário, Limpeza, Motorista, Agente Portaria M/S, Agente Vigilância M/S, Office Boy, Oficial de Serviços, Técnico de Contabilidade, Técnico de Nível Médio, Telefonista, Vigilância/Portaria, Outros

Fonte: WHO (2009).

SMSA-BH: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

TABELA 1 - Distribuição dos trabalhadores de acordo com a inserção no emprego e características sociodemográficas. Belo Horizonte, 2009.

	N	%		N	%
Sexo			Outro trabalho além do município		
Masculino	507	28,4	Não	985	62,5
Feminino	1281	71,6	Sim	591	37,5
Total	1788	100	Total	1576	100
Faixa etária (em anos)			Tempo de trabalho no serviço público (em anos)		
15 a 24	131	7,3	Até 10	942	53,6
25 a 34	436	24,5	Mais de 10	816	46,4
35 a 44	467	26,2	Total	1758	100
45 a 54	573	32,1			
55 ou mais	176	9,9	Tempo de trabalho na unidade atual (em anos)		
Total	1783	100	Até 5	879	50,7
Situação conjugal			Mais de 5	854	49,3
Sem companheiro	818	45,6	Total	1733	100
Com companheiro	975	54,4	Jornada de trabalho no município (em h/semana)		
Total	1793	100	Até 36	822	46,6
Cor auto-referida			40 a 44	941	53,4
Branca	739	41,7	Total	1763	100
Não branca	1034	58,3	Renda bruta (em reais)		
Total	1773	100	Até 600	472	28,6
Escolaridade			De 601 a 1200	515	31,2
Fundamental	155	8,7	Acima de 1201	663	40,2
Médio, técnico ou superior incompleto	968	54,2	Total	1650	100
Superior completo ou pós-graduação	662	37,1	Tipo de vínculo		
Total	1785	100	Não estável	533	30,3
Tipo de cargo			Estável	1225	69,7
Nível elementar	310	17,9	Total	1758	100
Nível médio	806	46,4	Compatibilidade entre escolaridade e cargo		
Nível superior	573	33	Compatível	781	45,4
Estagiário	47	2,7	Subqualificado	131	7,6
Total	1736	100	Sobrequalificado	810	47
Satisfação com o trabalho			Total	1722	100
Não	425	24	TMC		
Sim	1347	76	Não	1265	76
Total	1772	100	Sim	399	24
			Total	1664	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Condições de Trabalho, Condições de Emprego e Saúde dos Trabalhadores da Saúde".

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

TABELA 2 - Distribuição dos trabalhadores de acordo com a qualificação para o cargo, a inserção no emprego e características sociodemográficas. Belo Horizonte, 2009.

	Qualificação			Total N (%)
	Compatível N (%)	Subqualificado N (%)	Sobrequalificado N (%)	
Sexo				
Masculino	195(40,6)	36(7,5)	249(51,9)	480
Feminino	582(47,2)	93(7,5)	559(45,3)	1234
Total	777(45,3)	129(7,5)	808(47,1)	1714
Faixa etária (em anos)				
15 a 24	91(72,8)	11(8,8)	23(18,4)	125
25 a 34	181(43,5)	30(7,2)	205(49,3)	416
35 a 44	181(40,2)	26(5,8)	243(54,0)	450
45 a 54	238(42,9)	43(7,7)	274(49,4)	555
55 ou mais	85(52,8)	20(12,4)	56(34,8)	161
Total	776(45,5)	130(7,6)	801(46,9)	1707
Situação conjugal				
Sem companheiro	385(49,2)	64(8,2)	334(42,7)	783
Com companheiro	394(42,2)	66(7,1)	474(50,7)	934
Total	779(45,4)	130(7,6)	808(47,1)	1717
Cor autorreferida				
Branca	265(36,9)	35(4,9)	418(58,2)	718
Não branca	506(51,4)	95(9,6)	384(39)	985
Total	771(45,3)	130(7,6)	802(47,1)	1703
Tipo de cargo				
Nível elementar	98(31,8)	0(0,0)	210(68,2)	308
Nível médio	507(63,7)	122(15,3)	167(21,0)	796
Nível superior	130(22,8)	8(1,4)	433(75,8)	571
Estagiário nível superior	8(100)	0(0,0)	0(0,0)	8
Estagiário nível médio	38(97,4)	1(2,6)	0(0,0)	39
Total	781(45,4)	131(7,6)	810(47,0)	1722
Tipo de vínculo				
Não estável	288(57,6)	51(10,2)	161(32,2)	500
Estável	476(40,1)	76(6,4)	634(53,5)	1186
Total	764(45,3)	127(7,5)	795(47,2)	1686
Outro trabalho além do município				
Não	490(51,9)	86(9,1)	368(39,0)	944
Sim	206(35,8)	23(4,0)	347(60,2)	576
Total	696(45,8)	109(7,2)	715(47,0)	1520
Tempo de trabalho no serviço público (em anos)				
Até 10	455(50,7)	70(7,8)	372(41,5)	897
Mais de 10	311(39,4)	59(7,5)	419(53,1)	789
Total	766(45,4)	129(7,7)	791(53,1)	1686
Tempo de trabalho na unidade atual (em anos)				
Até 5	379(45,0)	52(6,2)	411(48,8)	842
Mais de 5	374(45,6)	72(8,8)	375(45,7)	821
Total	753(45,3)	124(7,5)	786(47,3)	1663
Jornada de trabalho no município (em h/semana)				
Até 36	353(44,7)	54(6,8)	382(48,4)	789

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

40 a 44	419(46,0)	72(7,9)	419(46,0)	910
Total	772(45,4)	126(7,4)	801(47,1)	1699
Renda bruta (em reais)				
Até 600	260(58,7)	49(11,1)	134(30,2)	444
601 a 1.200	278(56,9)	44(9,0)	167(34,2)	489
Acima de 1.201	186(28,4)	19(2,9)	449(68,7)	655
Total	725(45,6)	112(7,1)	750(47,3)	1586
Satisfação com o trabalho				
Não	149(35,6)	20(4,8)	249(59,6)	418
Sim	622(48,5)	104(8,1)	557(43,4)	1283
Total	771(45,3)	124(7,3)	806(47,4)	1701
TMC				
Não	547(45,1)	92(7,6)	575(47,4)	1214
Sim	169(43,9)	17(4,4)	199(51,7)	385
Total	716(44,8)	109(6,8)	774(48,4)	1599
Ocupações em saúde sugeridas pela OMS				
Médicos	46(19,8)	0(0,0)	186(80,2)	232
Enfermeiros e técnicos de enfermagem	109(48,0)	32(14,1)	86(37,9)	227
Dentistas e técnicos de odontologia	32(43,2)	1(1,4)	41(55,4)	74
Bioquímicos e técnicos de laboratório	22(51,2)	0(0,0)	21(48,8)	43
Profissionais de nível superior e médio envolvidos com vigilância	40(37,0)	11(10,2)	57(52,8)	108
Agentes comunitários de saúde	103(48,6)	25(11,8)	84(39,6)	212
Fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos e afins	7(30,4)	0(0,0)	16(69,6)	23
Profissionais de nível superior	16(28,1)	0(0,0)	41(71,9)	57
Profissionais de nível médio	143(56,5)	20(7,9)	90(35,6)	253
Administrativos, serviços gerais e outros	214(61,3)	33(9,5)	102(29,2)	349
	732(46,4)	122(7,7)	724(45,9)	1578

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Condições de Trabalho, Condições de Emprego e Saúde dos Trabalhadores da Saúde".

FARIA, Ellen Brandão Leite; MACHADO, Carla Jorge. Qualificação para o Trabalho em Saúde: Um Estudo Exploratório sobre Escolaridade e Cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2009.

TABELA 3 - Análise univariada de incompatibilidade entre escolaridade e cargo, usando como referência a categoria compatível e características selecionadas. Belo Horizonte, 2009.

	Subqualificado			Sobrequalificado		
	OR	IC 95%	p	OR	IC 95%	p
Sexo						
Masculino	1,16	0,76-1,75	0,498	1,33	1,07-1,66	0,011*
Feminino	1			1		
Faixa etária (em anos)						
15 a 24	0,51	0,23-1,14	0,100	0,38	0,22-0,68	0,001**
25 a 34	0,70	0,38-1,31	0,269	1,72	1,16-2,54	0,007**
35 a 44	0,61	0,32-1,16	0,129	2,04	1,38-3,01	<0,001***
45 a 54	0,77	0,43-1,38	0,377	1,75	1,20-2,55	0,004**
55 ou mais	1			1		
Situação conjugal						
Sem companheiro	0,99	0,68-1,44	0,968	0,72	0,59-0,88	0,001**
Com companheiro	1			1		
Cor autorreferida						
Branca	0,70	0,47-1,07	0,097	2,08	1,70-2,55	<0,001***
Não branca	1			1		
Tipo de cargo						
Elementar	-			0,64	0,47-0,88	0,005**
Médio	3,91	1,86-8,20	<0,001***	0,10	0,08-0,13	<0,001***
Superior	1			1		
Tipo de vínculo						
Não estável	1,11	0,76-1,63	0,597	0,42	0,34-0,53	<0,001***
Estável	1			1		
Total						
Outro trabalho além do município						
Não	1,57	0,97-2,56	0,069	0,45	0,36-0,56	<0,001***
Sim	1			1		
Tempo de trabalho no serviço público (em anos)						
Até 10	0,81	0,56-1,18	0,274	0,61	0,50-0,74	<0,001***
Mais de 10	1			1		
Tempo de trabalho na unidade atual (em anos)						
Até 5	0,71	0,49-1,05	0,084	1,08	0,89-1,32	0,442
Mais de 5	1			1		
Jornada de trabalho no município (em h/semana)						
Até 36	0,89	0,61-1,30	0,549	1,08	0,89-1,32	0,435
40 a 44	1			1		
Renda bruta (em reais)						
Até 600	1,85	1,05-3,24	0,033*	0,21	0,16-0,28	<0,001***
601 a 1200	1,55	0,88-2,74	0,132	0,25	0,19-0,32	<0,001***
Acima de 1201	1			1		
Satisfação com o trabalho						
Não	0,80	0,48-1,34	0,399	1,87	1,48-2,36	<0,001***
Sim	1			1		
TMC						
Não	1,67	0,97-2,89	0,065	0,89	0,71-1,13	0,346
Sim	1			1		

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa "Condições de Trabalho, Condições de Emprego e Saúde dos Trabalhadores da Saúde".

Nível de significância: p<0,001***, p<0,01**, p<0,05*